

**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## Narrativas da cegueira: um olhar antropológico

**Angela Mari Labatut<sup>1</sup>**  
angelamari62@gmail.com

### Resumo:

Esse trabalho tem o objetivo de discutir a forma como as representações construídas culturalmente sobre a cegueira se relacionam com as reflexões e histórias de vida das pessoas cegas, analisando se a concepção de cegueira enquanto incapacidade, construída a partir dos que veem, condiz com a forma como os cegos se sentem, e como os rótulos construídos socialmente criam a dicotomia normalidade/anormalidade. Pretendemos discutir a cegueira a partir do relato de pessoas cegas, contrapondo com a construção social hegemônica que vem dando significados para a cegueira e conseqüentemente à vida das pessoas cegas, deixando fortes legados de exclusão.

**Palavras chave:** Deficiência; Sociedade; Estigma.

### Rezumo:

*Ĉi tiu laboro celas diskuti kiel la kulture konstruitaj reprezentoj de cegueco rilatas al la spegulbildoj kaj vivaj historioj de blinduloj, analizante ĉu la koncepto de cegueco kiel nekapablo, konstruita de tiuj, kiujn ili vidas, kongruas kun la formo kiel la blindulo sentas, kaj kiel socie konstruitaj etiketoj kreas la normalecon / anormalotekanotekson. Ni intencas diskuti blindon pro la konscio de blinduloj, kontrastante kun la hegemonia socia konstruo, kiu donis signifon al la ceguera kaj sekve al la vivoj de blinduloj, lasante fortajn legacojn forpreni.*

**Ŝlosilvortoj:** Malĉefa; Socio; Stigmo.

---

<sup>1</sup> É Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Especialista em Psicologia Histórico Cultural pela Universidade Estadual de Maringá- UEM, é Especialista em Educação Especial pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina – CESULON, possui Aperfeiçoamento em Educação Especial: ênfase em deficiência visual pela Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDEV, tem Aperfeiçoamento em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, tem Aperfeiçoamento em Deficiência Visual pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e Graduada e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. É servidora pública estadual, docente Pedagoga e Orientadora Educacional lotada junto a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/ PR, na cidade de Maringá/ PR. Atua como Tutora a distância do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como docente das disciplinas de Fundamentos da Educação Especial: tecnologias assistivas, O atendimento educacional a portadores de surdocegueira e múltipla deficiência, Educação do deficiente visual, Deficiência visual, Tecnologia assistiva na escola inclusiva, em nível de especialização *lato sensu* junto ao Instituto Dimensão – ID.

**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

**Abstract**

*This work aims to discuss how the representations culturally constructed about blindness relate to the reflections and stories of life of blind people, analyzing the design of blindness as a disability, built from what they see, matches the way as the blind feel, and how labels socially constructed create the dichotomy normal / abnormal. We intend to discuss blindness from the story of blind people, contrasting with the hegemonic social construction that has given meaning to blindness and consequently the lives of blind people, leaving strong legacy of exclusion.*

**Keywords:** Disability; Society; Stigma.

**Introdução**

O conceito de cegueira permanece permeado por impressões como “tragédia pessoal” (OLIVER, 1990), infortúnio e incapacidade que gera uma forma de opressão à medida que cria marcas identitárias que denotam concepções negativas ao indivíduo cego criando uma forte depreciação e exclusão social. Desta forma, esta construção carrega uma forma de violência na medida em que converge em forte desigualdade social, onde a incapacidade física – o que o cego não consegue fazer – é ponto central da discussão sobre a cegueira e não das barreiras que são produzidas socialmente. A forma como a cegueira é representada muitas vezes diverge daquilo que as pessoas cegas pensam ou querem. E como afirma Goffman (2012, p. 11-12).

A sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas.

Ao escolher a cegueira como objeto de estudo, por razões muito pessoais, e dada a minha trajetória profissional de professora com formação em pedagogia, a aproximação com a antropologia exigiu um grande esforço. Transitar no mundo das ciências sociais possibilitou um olhar diferenciado a um objeto tão corriqueiro para mim. Quando comecei a ler sobre a antropologia fui percebendo seu significado para estudar a cegueira, Marisa Peirano, 1992 define: “A antropologia tem como projeto formular uma idéia de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

humanidade construída pelas diferenças, resultado do contraste dos nossos conceitos (teóricos ou de senso comum) com outros conceitos nativos.” (PEIRANO, 1992 p. 4)

Com um bom trânsito entre os “nativos”, neste caso as pessoas cegas acredito ser beneficiada pelo que afirmava Evans-Prichard, citado por Peirano

(...) o antropólogo deveria viver no campo pelo tempo médio de dois anos, aprender a língua do grupo, deixar-se vulnerabilizar psiquicamente pela vida local e, com sorte ser capaz de pensar e sentir alternadamente como um nativo e como membro de sua própria cultura”. (p. 5)

Mais do que observar fatos a etnografia exige que sejamos tocados pelos fatos e estes confrontados com a teoria. Quando iniciei minha pesquisa tinha muita preocupação em o que iria discutir em relação ao tema e fui sabiamente orientada que à medida que fizesse minhas observações saberia que caminhos tomar. Foi desta forma que cheguei a questões que eram de interesse dos cegos e não exclusivamente os meus. Peirano, falando sobre o processo de descoberta antropológica diz:

(...) uma descoberta que é um "diálogo", não entre indivíduos -- pesquisador e nativo -- mas, sim, entre a teoria acumulada da disciplina e o confronto com uma realidade que traz novos desafios para ser entendida e interpretada; um exercício de "estranhamento" existencial e teórico, que passa por vivências múltiplas e pelo pressuposto da universalidade da experiência humana. Este estranhamento o antropólogo aprendeu a reconhecer, no início, longe de casa. (1992, p, 9).

No meu caso, perto, cotidiano, quase uma autobiografia transpassada por um olhar antropológico e à luz de teorias inicialmente, estranhas a mim. Acredito residir justamente aí a riqueza do trabalho proposto. Pois, segundo Peirano, é no diálogo entre a teoria acadêmica e a teoria nativa que se constrói o saber antropológico.

Cláudia Fonseca (1998), falando sobre a etnografia, destaca sua característica enquanto ciência do concreto: “[...] o protótipo do “qualitativo”. [...] sua ênfase no cotidiano e no subjetivo, parece ser uma técnica ao alcance de praticamente todo mundo [...]” (p. 58). E ela alerta para o perigo do fazer etnográfico tornar-se “truncado” à medida

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

que o indivíduo se torna refém da análise sociológica. Para escapar desta armadilha, Fonseca aponta a necessidade de o pesquisador observar muito, ler e reler seus dados para depois definir as generalizações e análises possíveis. No caso de minha pesquisa é necessário atentar para a familiaridade que tenho com a cegueira e de certa forma distanciar-me do meu próprio universo para poder posicioná-lo em termos culturais e sociais. “É só ao completar esse movimento interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico.” (FONSECA, 1998, p. 61).

Fazer uma etnografia da cegueira quando se convive com ela por várias décadas e, é claro que existe já incorporado uma militância em relação a questão, é uma tarefa difícil que exige o cuidado de não direcionar as respostas para aquilo que gostaria de ouvir. Mesmo nas situações de observação não é possível acreditar que nossa presença não cause algum impacto no comportamento do grupo que observamos.

### **Deficiência e sociedade**

A cegueira assim como a deficiência de forma geral é um tema pouco presente nas Ciências Sociais. Gustavo M. Piccolo e Enicéia G. Mendes realizaram uma pesquisa sobre a produção acadêmica a respeito do tema deficiência no período de 1990 a 2010 em programas de Sociologia e Ciências Sociais em 23 IESs e, num total de 5691 títulos pesquisado, foram encontrados apenas 9 dissertações e 1 tese que abordasse o tema. Falando sobre a quase inexistência de trabalhos acadêmicos os autores afirmam:

É como se a Sociologia ainda não tivesse descoberto a opressão gestada pela deficiência, tal qual percebe com o racismo, o sexismo e as fobias sexuais e étnicas. Qual a razão em se ignorar uma parcela tão volumosa e massivamente oprimida da população? A resposta é mais simples do que se possa imaginar. A deficiência é vista essencialmente pelos sociólogos como tema autoexplicativo e consolidado, cuja base se dá na senda de lineamentos estranhos a seu corpus teórico. (PICOLLO e MENDES, 2013, p. 465)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A concepção de cegueira e do impacto que ela causa nas pessoas que a possuem têm sido discutidos em termos de consequência ou sequela e até de formas de superar um grande infortúnio. No imaginário dos indivíduos a cegueira é ainda encarada com visões estereotipadas sobre suas limitações: “o cego é dependente” até supervalorização de aspectos subjetivos: “os cegos são muito sensíveis”. Mas o entendimento de que a cegueira física não é, na verdade, o que ocasiona sua menos-valia social é imprescindível para perceber o grande impacto da exclusão social e a forte indiferença com relação a estas pessoas, desde os estigmas que quotidianamente lhes são atribuídos até às estruturas e valores que convergem em exclusão de áreas tão fundamentais como o ensino e o emprego. Se levarmos em conta os dados do último Censo que apontam que 18,8% da população brasileira possui dificuldade para enxergar, mesmo com as correções ópticas adequadas, e mesmo que apenas uma pequena porcentagem destes sejam cegos, não fica difícil perceber que estes dados não refletem a presença de pessoas cegas nos ambientes sociais diversos.

Muitas ações inclusivas têm sido implementadas na forma de políticas públicas e legislações que fomentam formas de acessibilidade; algumas ações práticas como a disponibilidade de livros acessíveis (em braile ou MecDaisy<sup>2</sup>) para alunos da Educação Básica; pisos táteis em alguns locais públicos, a audiodescrição<sup>3</sup>. No entanto, apesar de tantas legislações, personagens em novelas, projetos inclusivos, ainda parecem ter o tom de “[...] atitudes que nós, normais temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a elas são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar.” (GOFFMAN, 2012, p. 14-15)

---

<sup>2</sup> O MecDaisy trata-se de uma ferramenta tecnológica que permite a produção de livros em formato digital acessível. Possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado e apresenta facilidade de navegação pelo texto.

<sup>3</sup> A audiodescrição consiste em uma narrativa presente em filmes, peças de teatro, apresentações de dança, ópera, museus, etc, que faz a descrição das informações visuais para que a pessoa cega consiga ter acesso a todas as informações apresentadas e que dependem da visão.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Diferentemente de outros movimentos sociais de luta contra formas de opressão, racismo, preconceito, a valorização do indivíduo com deficiência, ou o respeito a sua identidade apresenta características específicas. Martins (2011) explica que a presença de atitudes paternalistas dos poderes públicos e da sociedade de forma geral, em relação à deficiência, trazendo atitudes de condescendência, mascaram a forte opressão social sofrida pelas pessoas com deficiência. Poderia ilustrar esta afirmação com experiências de inclusão de alunos cegos em cursos superiores de instituições particulares. Muitas oferecem bolsas de estudo para alunos com deficiência, fazendo grande alarde desta “atitude bondosa” e simplesmente ignoram a presença destes alunos nas práticas pedagógicas, não oferecendo nenhum suporte de acessibilidade física, nem ao currículo, e ao serem confrontadas atribuem o fracasso ao aluno com deficiência, afinal eles fizeram a sua parte.

Ao defeito físico original são agregados muitos outros que irão configurar o conceito de deficiência, que vai muito além de não poder ver, ouvir ou andar. E em alguns casos são atribuídos aspectos compensatórios: “Ele é cego mais é tão bonzinho!” Goffman ilustra bem esta questão na passagem a seguir:

Alguns podem hesitar em tocar ou guiar o cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de uma gestalt de incapacidade, de tal modo que o indivíduo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo como se ele fosse aleijado. Aqueles que estão diante de um cego podem ter uma gama enorme de crenças ligadas ao estereótipo. Por exemplo, podem pensar que estão sujeitos a um tipo único de avaliação, supondo ou o indivíduo cego recorre a canais específicos de informação não disponíveis para os outros. (Idem p. 15)

Como professora da área da deficiência visual há mais de trinta anos convivo com a cegueira e a baixa visão<sup>4</sup> em várias situações profissionais e pessoais. Acompanhei a

---

<sup>4</sup> Termo utilizado para designar uma diminuição da acuidade visual ou no campo visual que não podem ser corrigidas com auxílios ópticos e comprometem as atividades visuais.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

trajetória de indivíduos cegos desde a infância até tornarem-se adultos; vivenciei as dificuldades na inclusão escolar, nas relações familiares e em muitas outras situações. A cegueira faz parte do que eu sou, não porque seja cega ou tenha alguém próximo a mim que vivenciou pessoalmente a experiência desta perda sensorial, mas porque trabalhar com pessoas cegas me transformou em parte na pessoa que sou.

Minha introdução no universo da cegueira aconteceu em 1981 quando a única professora que atuava nesta área, em Maringá, resolveu mudar de domicílio e alguém achou que eu “levava jeito” para o cargo. Gostaria de analisar de que forma este conceito ou mito da cegueira se constrói e porque acredito que ele não corresponde a essência do que é ser cego ou simplesmente privado de uma capacidade sensorial. Não quero negar aqui a grande importância do sentido da visão no desenvolvimento das pessoas, sendo considerado o sentido responsável por 80% das informações recebidas, mas a falta deste sentido somente, não é responsável por danos tão grandes nas possibilidades de desenvolvimento destas pessoas e na forte marca de alijamento social vivido por elas.

A década de 1980 foi bastante significativa em relação a construção do conceito de deficiência. Até este período o conceito de deficiência estava vinculado a um modelo médico (DINIZ, 2007). Este modelo dava um caráter individual à deficiência e era fortemente vinculado a uma abordagem de reabilitação onde a pessoa com deficiência tinha uma postura passiva. Ao escrever isso me vem à mente muitas pessoas que conheci, ao longo de minha trajetória profissional que resultaram desta postura; sentiam-se totalmente “sem vida própria”, e muitas delas achavam que esta condição era imposta pela falta da visão. Que não podiam ser felizes ou completas porque seu problema médico não foi resolvido, sua doença não tinha cura. Eles estavam fadados ao infortúnio.

Santos (1995) destaca que o movimento de integração das pessoas com deficiência, norteado em um contexto de “igualdade e direito de oportunidades”, vai direcionando ações sociais e políticas no Brasil e no mundo, entre elas podemos destacar o evento,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

promovido pela ONU, em 1981 denominado Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), com o tema “Participação Plena e Igualdade”. Parece bastante ousado e, dada a situação que nos encontramos neste debate, acredito que, passadas mais de três décadas ainda estamos longe de chegar próximo desta conquista. Recordo-me bem de um grande evento que participei onde esta bandeira era levantada alardeando “novos rumos” para as “pessoas deficientes”, usando os termos da época. Para ilustrar gostaria de citar um depoimento que retirei do site “bengala legal”, datado no ano de 2002:

A cegueira não machuca, não dói, não limita tão radicalmente como pensam os que enxergam quando fecham os olhos por um minuto imaginando serem cegos, também não é doença. Acostuma-se com ela e o dia a dia é tão comum que esqueço da cegueira e acabo por ver do jeito que "vejo" sem lembrar que não é visão! (BENGALA LEGAL).

Continuando nosso percurso histórico, muitas conferências, declarações e decretos vieram dar os novos rumos ao conceito de deficiência e igualdade, entre elas a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994), que trazem ao debate o conceito já tão desgastado hoje: “inclusão”, apresentado de forma geral referindo-se a necessidade da sociedade adaptar-se para que todos tivessem condições de fazer parte dela, de forma igualitárias, tendo suas necessidades respeitadas. Sempre me lembro desta questão quando caminho pelo bairro onde moro que foi “invadido” por bares e locais de lazer que espalham mesas e cadeiras nas calçadas fazendo com que tenhamos de passar pela rua se quisermos fazer o trajeto, um grande desrespeito às pessoas cadeirantes, cegos, mães com carrinhos de bebe e idosos que passam por ali. Lembro-me também de um fato ocorrido, acredito que no ano de 2005 aproximadamente, onde um aluno cego que acompanhei por vários anos em sua trajetória acadêmica e ao começar a andar de forma independente pelo bairro onde morava e bastante entusiasmado com o acesso que tinha ao





IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

conhecimento pelo domínio do sistema de leitura e escrita Braille propôs a um comerciante que fizesse um cardápio em braile para que as pessoas cegas pudessem saber os produtos que ele oferecia em seu estabelecimento e foi duramente desestimulado pelo comerciante e achou a ideia um tanto absurda. Trazendo esta questão para um extremo interessante, hoje passado mais de 10 anos sou, com bastante frequência, procurada por empresas interessadas na “inclusão” para fazer panfletos em braile e, apesar de explicar a necessidade da produção em braile ter um tamanho padrão (cada letra é percebida pela ponta do dedo) ouço ideias mirabolantes de cartazes em braile para chamar a atenção dos clientes cegos, como se esses fossem adivinhar que lá em uma parede haveria um cartaz para que ele lesse.

Trago estes exemplos para expor as contradições que permeiam os debates sobre a deficiência e todos os outros temas decorrentes dela: acessibilidade, igualdade de direitos, respeito à diversidade. Muitas iniciativas e ações ainda apresentam caráter compensatório, que não enfrentam os problemas diretamente, muitas vezes com um tom ainda de caridade. Muitas legislações ficam apenas no papel e outras esbarram em grandes dificuldades em sua execução. Poderia ilustrar esta questão com as cotas de vagas em empresas e instituições públicas. A “Lei das cotas” é cumprida, mas a inserção dos indivíduos cegos na atividade profissional é um processo difícil e muitas vezes marcado de narrativas de preconceito. Acompanhei algumas pessoas cegas que passaram em concursos públicos para professores e ao serem chamadas causaram um grande desconforto às mantenedoras por simplesmente não saberem como adequar o ambiente de trabalho para elas.

A nomenclatura direcionada às pessoas com deficiência passou por várias mudanças que repercutem as várias formas de concebê-la. Diniz, (2007) aponta que após o abandono de expressões como “excepcional, retardado e manco” vieram “pessoa especial; pessoa portadora de necessidades especiais” e hoje já é possível identificar a utilização

**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mais corrente dos termos “pessoa com deficiência ou deficiente”. De acordo com esta autora apesar de parecidos, estes dois termos carregam significados e posturas diferentes. Para ela o termo “deficiente” identifica-se com a modelo social de deficiência, de origem britânica e vinculado aos seguidores da Upias (*Union of the Physically Impaired against Segregation*)<sup>5</sup> onde busca-se “[...] expressões que denotem a identidade na deficiência [...] (p.20); enquanto o termo “pessoa com deficiência” daria um caráter individual à deficiência, sendo mais adotada pela tradição estadunidense e na nossa literatura. Eu particularmente não acredito que usar uma ou outra nomenclatura muda de alguma forma seus atributos e nem a forma como a sociedade se relaciona com ela.

A ideia de deficiência enquanto anormalidade é construída no século XVIII a partir do contraste com a não deficiência ou normalidade. “A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida.” (DINIZ, 2007, p. 8). A proposta de um modelo social em oposição ao modelo médico pode ser colocada desta forma:

Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão, (DINIZ, 2007, p. 23)

## **A história de Helen**

Helen é uma jovem, de 25 anos que foi perdendo a visão nos últimos 6 anos e agora já não enxerga mais nada em decorrência de uma patologia progressiva e degenerativa. Eu a conheci quando procurou ajuda especializada para aprender o braile e

---

<sup>5</sup> Modelo apresentado pelo grupo londrino denominado Disability Studies (composto por Oliver, Barnes, Abberley, Barton, Shakespeare e Finkelstein, todos ativistas da UPIAS).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ser orientada no uso da bengala<sup>6</sup>. Ela conta que, ao iniciar sua perda visual, as pessoas sempre indicavam soluções médicas para “resolver seu problema”: “Porque você não faz transplante de córnea?; Em São Paulo tem um médico especialista; E se você usar um óculos bem forte!” Estes apontamentos mostram uma visão naturalizante de deficiência como um problema pessoal e que criam barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam diariamente. Helen relata que a maioria das pessoas não entende a sua condição visual, principalmente por não ter em seu corpo a visibilidade da cegueira (tem os olhos perfeitos). Boaventura Sousa Santos (2002) aponta que a lógica da classificação social converge na “monocultura da naturalização das diferenças” cujo mecanismo central é a “distribuição das populações por categorias que naturalizam as diferenças” (idem: 247). Assim a deficiência vai se constituindo como um fenômeno físico, que necessita de reabilitação e que as pessoas com deficiência são sujeitos passivos, que dependem de cuidados. Ao relatar sua entrada na Universidade, Helen fala inicialmente sobre a falta de acessibilidade física e depois sobre sua relação com os professores. “Alguns procuravam me ajudar, sem saber muito bem como e outros, simplesmente diziam que eu deveria desistir.” Ao falar sobre sua relação com os colegas videntes diz, com bastante bom humor, que poucas pessoas tratam ela “normalmente”, a maioria não se sente à vontade de conversar com ela e parecem achar que ela é “uma extraterrestre”, e outras ainda que fazem as perguntas mais esdrúxulas: “Como você faz para tomar banho?; Como você sabe a cor da roupa que está usando?” Deixando evidente a invisibilidades das pessoas cegas em nossa sociedade.

Ainda contando a história de Helen, ao se deparar com as situações adversas para sua trajetória acadêmica, relata que procurou saídas e que o fator que mais aparece é a falta de entendimento da sociedade em relação a especificidade da cegueira por parte dos

---

<sup>6</sup> A bengala é um instrumento que serve para ajudar a pessoa cega a se locomover em ambientes desconhecidos, ou em ruas e calçadas.

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

professores, da instituição e até do órgão responsável em auxiliá-los, na Universidade Estadual de Maringá, o PROPAE ((Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Especiais), criado em 1994. Martins, et al (2012) coloca que “Tal relação de autoridade fundou uma desqualificação das perspectivas das pessoas com deficiência, perspectivas em que os limites e desigualdades impostos pela ordem social tendem a ocupar um lugar central.” (p. 47)

Marques (2011) destaca que pensar a cegueira a partir do vidente, não é entendê-la em sua essência, nem o impacto causado por ela na vivência dos indivíduos cegos. “No entanto, ela apenas reflecte, em sentido negativo, a enorme importância que possui o sentido da visão para quem dele pode fazer uso.” (p. 51). Sendo o sentido da visão bastante elaborado e que traz grande parte das informações que recebemos, fica difícil pensar na integridade de um indivíduo que não utiliza este sentido. Em cursos que ministro com o tema, gosto de perguntar que sentimentos ou percepções a cegueira causa nas pessoas e as respostas refletem bem a forma com a cegueira é concebida: “Escureidão, tristeza; medo”. Para quem utiliza este sentido fica difícil pensar nas inúmeras possibilidades de existência sem ele, bem como encaminhar propostas de integração, participação, inclusão de quem não vê. Ocorre um distanciamento entre os indivíduos que enxergam e os que não enxergam pela impossibilidade de vencer as concepções e construções sociais que se faz deste fenômeno. Assim a deficiência primária é entendida como a grande limitadora de possibilidades e torna-se a essência do indivíduo que a tem, sem falar na universalização do conceito do ser cego, que se constitui no preconceito já tão arraigado em nós.

Martins (2011) falando sobre a centralidade do sentido da visão em nossa sociedade aponta para várias questões relacionadas à inclusão da pessoa cega.

O impacto para as pessoas cegas de um paradigma cultural em que o conhecimento surge metonimicamente associado à visão, revela-se desde logo ao nível da linguagem, onde se usa um vocabulário profusamente



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

permeado por termos visuais para referir compreensão e conhecimento. No entanto, o impacto de uma cultura visualista nas vidas das pessoas cegas vai muito para além das incidências relacionadas com os usos da linguagem. Na verdade, a actualidade de uma linguagem visualista, quotidianamente utilizada, exprime e veicula um substrato simbólico que constitui a experiência da cegueira sob o estigma da ignorância, da alienação e da clausura em relação ao mundo. Ao aprofundar a equação entre ver e conhecer, a modernidade ampliou fortemente a efectiva importância que a visão tem para um contacto conhecedor do mundo e, assim, reinvestiu a cegueira desse correlato. (p.77)

Dentro desta perspectiva nos deparamos com a grande dificuldade de adaptar os livros didáticos utilizados pelos alunos cegos na Educação Básica. Desde o ano de 2000 tenho trabalhado no CAP-Maringá<sup>7</sup>, na transcrição do livro didático “em tinta” para o livro em braile, buscando possibilidades de transformar uma linguagem visual em uma linguagem tátil. Tarefa bastante difícil na maioria das vezes, pois toda a lógica do material é construída para o aluno que vê com os olhos e temos que torná-lo acessível ao aluno que vê com os dedos.

Segundo Marcel Mauss (2003), “o corpo é o primeiro e o mais natural do instrumento do homem; [...] mais natural objeto técnico, e o mesmo tempo meio técnico [...]”. É interessante observar esta questão em crianças com cegueira congênita. Ela só se dará conta de seu corpo diferente à medida que as pessoas que interagem com ela, o fizerem. Desta forma a consciência que ser cego só surge em termos sociais, na relação dele com o “mundo dos videntes”. Os obstáculos que surgem para seu desenvolvimento estão diretamente ligados à construção de um mundo centrado na visão. Martins (2011) coloca

Certamente que esta conceptualização parte da importância que a visão tem para qualquer pessoa que dela possa fazer uso; a questão é que a vigência de um quadro cultural que amplia essa importância, tomando a parte (visão) pelo todo (conhecimento), cria um sério entrave cultural, quer para a percepção das pessoas cegas enquanto repositórios de saberes, quer

---

<sup>7</sup> O CAP-Maringá, Centro de Apoio pedagógico para Atendimento às Pessoas com deficiência Visual, é um projeto do Governo Federal em parceria com o Estado que, juntamente com outros CAPs, realiza a adaptação dos Livros didáticos dos alunos matriculados nas Escola de Educação Básica do Paraná.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

para a compreensão da riqueza que o mundo encerra, mesmo para quem o conhece na ausência do sentido da visão. (p. 78)

Em nossa conversa, Helen conta o momento que decidiu iniciar o uso da bengala. Este é um momento importante nos casos de cegueira adquirida pois é ela que fornece a “visibilidade” a cegueira. Goffman coloca muito bem esta questão.

A visibilidade é, obviamente, um fator crucial. O que pode ser dito sobre a identidade social de um indivíduo em sua rotina diária e por todas as pessoas que ele encontra nela será de grande importância para ele. As consequências de uma apresentação compulsória em público serão pequenas em contatos particulares, mas em cada contato haverá algumas consequências que, tomadas em conjunto, podem ser imensas. Além disso, a informação quotidiana disponível sobre ele é a base da qual ele deve partir ao decidir qual o plano de ação a empreender quanto ao estigma que possui. Assim, qualquer mudança na maneira em que deve se apresentar sempre e em toda a parte terá, por esses mesmos motivos, resultados fatais - foi isto, possivelmente, que originou, entre os gregos, a ideia de estigma. (2012, p. 58)

Em seu relato ela diz: “Eu resolvi dizer para mim mesma: eu sou uma cega, eu preciso andar de bengala... Eu caía muito... estava bem perigoso... Avisei meu namorado que iria usar bengala, mas ele não acreditou... Como eu sempre andei muito em Maringá, eu me lembrava dos lugares e foi assim. ”

Quanto questionada sobre a sua “Orientação e Mobilidade”<sup>8</sup> ela diz que, a maioria das pessoas, apesar da bengala, às vezes parecem ignorar a cegueira. Ela transita sozinha na maior parte dos ambientes e aceita a ajuda das pessoas pois ela acredita que é importante que haja este contato com os videntes, e que esta relação também depende da postura da pessoa com deficiência pois muitos não ajudam por simplesmente não saberem como fazer. Goffman falando dos contatos mistos diz:

Os normais não têm, na realidade, nenhuma intenção maldosa; quando o fazem é porque não conhecem bem a situação. Deveriam, portanto, ser

---

<sup>8</sup> É o termo utilizado para designar as técnicas que envolvem a forma do cego deslocar-se nos ambientes, utilizando ou não a bengala.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ajudados, com tato, a agir delicadamente. Observações indelicadas de menosprezo e de desdém não devem ser respondidas na mesma moeda. O indivíduo estigmatizado deve não prestar atenção a elas ou, então, fazer um esforço no sentido de uma reeducação complacente do normal, mostrando-lhe, ponto por ponto, suavemente, com delicadeza, que, a despeito das aparências, é, no fundo, um ser humano completo. (2012, p. 127)

Helen, quando questionada sobre a forma como encara sua deficiência e, se considera que seria “mais feliz” se ainda enxergasse, fala com bastante naturalidade que “tudo mudou depois que fiquei cega... a deficiência... me tornou uma pessoa melhor... Eu era muito impaciente... Então precisei aprender a ler e andar de outra forma, a me organizar. Agora eu me aceito, tenho outro olhar para a vida. Eu sou feliz assim”. Goffman a este respeito escreve:

Quando uma pessoa estigmatizada adota essa posição de bom ajuste diz-se, com frequência, que ela tem um caráter forte e uma profunda filosofia de vida, talvez porque, no fundo, nós, normais, desejamos encontrar uma explicação para a sua força de vontade e a sua habilidade em agir assim. (2012, p. 132).

O estigma da cegueira é, sem dúvida um dos mais marcantes em nossa sociedade, quando alguém, como Helen, tem a coragem de assumir sua identidade de cega, constituir-se em um ato de grande coragem e como afirma Goffman, esta é uma das possibilidades a serem seguidas. Ele, falando sobre a escolha de revelar-se enquanto estigmatizado, “[...] Revelar-se, transformando a situação de uma pessoa desacreditável na de uma pessoa desacreditada.” (2012, p. 11) No caso da cegueira, o uso da bengala, ou a adoção do sistema de leitura e escrita braile funcionam como os “símbolos do estigma”, mostrando sua condição. Goffman falando sobre a mudança de status de pessoa normal para estigmatizado afirma:

Mas é muito difícil compreender como aqueles que sustentam uma transformação súbita de sua vida de pessoa normal para pessoa estigmatizada podem sobreviver, em termos psicológicos a essa mudança; ainda assim, isso ocorre com muita frequência. [...] apenas um novo

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

alinhamento dentro de um velho quadro de referência e uma assunção detalhada para si do que ele antes pensava que residia nos outros. (2012, p. 143)

As pessoas cegas, assim como outros grupos marginalizados historicamente, enfrentam muitas formas de opressão que não são superadas tão facilmente. A grande parte das transformações e ações sociais e políticas de maior eficiência surgiram e surgem do movimento das próprias pessoas cegas. No momento que fazia minhas reflexões sobre estas questões chegou até mim o caso de uma aluna cega que concluiu a primeira etapa do Ensino Fundamental em uma Escola municipal de Maringá e havia sido encaminhada para o sexto ano de uma Escola Estadual de seu bairro seguindo o georreferenciamento<sup>9</sup>. Ao contatarmos a Escola para informarmos sobre a necessidade de serem encaminhados os livros didáticos para transcrição Braille percebemos que a Escola estava bastante empenhada em mostrar para a mãe e até para nós que seria melhor a aluna ir para um programa de “Jovens e Adultos” pois já estava com a idade cronológica fora da média dos alunos. A “Escola Inclusiva” ainda se encontra em pleno estado embrionário. Na maioria das vezes o que encontramos é um grande desconhecimento sobre as possibilidades de aprendizagem de um aluno cego juntamente com uma grande carga de preconceito e descrédito a respeito dos indivíduos com esta deficiência. Como afirma Clifford Geertz (2008), a cultura é o universo de símbolos e significados que permite aos indivíduos de um grupo interpretar a experiência e guiar as suas ações.

### **Arrematando**

Entendo que é ainda um grande desafio para a academia a discussão a respeito da deficiência enquanto um fenômeno social importante e mais ainda o confronto com a

---

<sup>9</sup> O Sistema de Georreferenciamento consiste em encaminhar os alunos da rede pública à escola estadual mais próxima de sua residência. Esse mapeamento de escolas e residências é realizado através da conta de energia elétrica, com a qual é possível identificar alunos e escolas, localizar residências e vagas escolares e relacionar moradias e critérios de proximidade para garantir as vagas.





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

invisibilidades das pessoas cegas em termos sociais. Esta questão diz respeito a desconstrução de paradigmas e a produção de conhecimentos que fomentem alguma forma de mudança social ou apenas do reconhecimento que a deficiência é sim assunto para as Ciências Sociais.

### Referências

- DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. “Deficiência, Direitos humanos e justiça” *In Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 11, no prelo, fev. 2010.
- \_\_\_\_\_. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FONSECA, Claudia. “Quando cada caso NÃO é um caso Pesquisa etnográfica e educação”. *In: XXI Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu, setembro de 1998.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- LOPES, Pedro. “Debatendo Deficiência: ser, estar, tornar-se? Questionamentos a respeito do uso de uma categoria.” *In: Reunião brasileira de Antropologia*, 29, 2014, Natal, RN.
- MARQUES, Nuno Filipe da Silva. **A qualidade de vida de adolescentes com cegueira congênita ou precoce em Portugal: Implicações na construção da personalidade e da vida adulta**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação. Lisboa. 2011.
- MARTINS, Bruno Sena. **A cegueira e o associativismo: contornando os obstáculos, enfrentando o estigma**. Tese de licenciatura em Antropologia Social e Cultural. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra. 2001
- MARTINS, Bruno Sena. **E Se eu Fosse Cego? - Narrativas Silenciadas da Deficiência**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- MARTINS, Bruno Sena. **Lugares da Cegueira: Portugal e Moçambique no Trânsito de Sentidos**. Tese de Doutorado em Antropologia Social e Cultural. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra, 2011.
- MARTINS, Bruno Sena; FONTES Fernando; HESPANHA Pedro e BERG Aleksandra. “A emancipação dos estudos da deficiência”. *In Revista Crítica de Ciências Sociais* v.98, p. 45-64, dezembro de 2012. Disponível em: <http://rccs.revues.org>. Acesso em: 18.12.2015.
- MAUSS, M. “As técnicas do corpo” *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. pp. 399 – 408
- PEIRANO, Mariza G.S. “A favor da etnografia”. *In: Série Antropologia*, 130. Brasília: UnB, 1992. p. 2-21.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

PICCOLO, Gustavo Martins e MENDES, Enicéia Gonçalves. “Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência”. In: **Educação & Sociedade**, vol. 34, n. 123. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000200008>. Acesso em 16.02.2016.

SANTOS, M. P. “Educação inclusiva e a declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro”. **Revista Integração**, n. 22 p. 34-40. Brasília: SEESP/MEC, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002. 63, 237-280

SANTOS, M. P. “Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa” In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, (3), p. 21-29. Piracicaba: UNIMEP, 1995

SASSAKI, R. K. “Entrevista”. In: **Revista Integração**, (20), p. 08-10. Brasília: SEESP/MEC, 1998.

SILVA, Luciene M. da. “O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência”. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.